

PLANO BÁSICO AMBIENTAL DO AHE CACHOEIRA CALDEIRÃO

PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E FOMENTO À PESCA

<p>Licença Prévia 0112/2012 Condicionante Específica Nº 2.14</p>	<p>Elaborar diagnóstico dos impactos socioeconômicos que sofrerão as comunidades de pescadores da área de influência do projeto.</p>
<p>Licença Prévia 0112/2012 Condicionante Específica Nº 2.3</p>	<p>O PBA deverá ser elaborado de forma participativa envolvendo as equipes do Governo do Estado do Amapá – GEA, das Prefeituras dos municípios atingidos, Ministério Público e a comunidade local.</p>
<p>P13 EIA</p>	<p>Ações Socioeconômicas. Fomentar a Atividade Pesqueira.</p>

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Diagnóstico e Fomento à Pesca do Plano Básico Ambiental (PBA) do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Cachoeira Caldeirão visa atender às condicionantes 2.14 e 2.3 da Licença Prévia 0112/2012 IMAP/SEMA e ao Programa 13 do EIA, ação Fomentar a Atividade Pesqueira.

2. JUSTIFICATIVA

O presente programa visa diagnosticar os impactos socioeconômicos que sofrerão as comunidades de pescadores da área de influência do projeto, além de fomentar a atividade pesqueira na região. Atendendo à condicionante 2.3 que trata da exigência da elaboração do PBA de forma participativa, o presente programa leva em consideração demandas do

público alvo, de acordo com registros gravados e escritos, documentos e lista de presença das reuniões para efeito de validação.

Este programa atende às recomendações do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana no relatório da Comissão Especial sobre Atingidos por Barragens que preceitua a elaboração de programas e subprogramas de recuperação e fomento do desenvolvimento econômico e social, com o objetivo essencial de recompor, instaurar, e incentivar arranjos e cadeias produtivas locais e regionais que assegurem ocupação produtiva ao conjunto dos atingidos, compatíveis com seus níveis de qualificação e experiência profissionais, capazes de oferecer a manutenção e melhoria contínua das condições de vida (CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, 2011).

O rio Araguari bem como outros afluentes da região constituem importantes recursos hídricos para pesca. A atividade é realizada de forma artesanal, compõe a renda familiar dos ribeirinhos e auxilia na sua subsistência. As águas do Araguari se caracterizam como espaço de vida e trabalho dos que se dedicam profissionalmente ao setor pesqueiro.

O setor pesqueiro na AID tem representação nos dois municípios de abrangência, a Colônia Z16 em Porto Grande, e a Colônia Z7 de Ferreira Gomes. Quando da realização da reunião para o levantamento participativo das demandas, a Colônia de Pescadores Z16 elaborou documento com as questões prioritárias, que foi considerado na construção deste programa. Já a Colônia Z7, apesar de procurada, não respondeu a este levantamento. Segundo informações de pescadores que participaram da reunião de agricultores em Ferreira Gomes, ela tem enfrentado dificuldades de funcionamento.

Sabe-se que a pesca no estado do Amapá tem grande potencial em função da descarga de água doce pelo rio Amazonas e seus afluentes. Mesmo com a influência do Oceano Atlântico na costa do estado, os rios mantêm nível baixo de salinidade da água proporcionando alta produtividade de espécies com grande valor de mercado. Os “pontos pesqueiros” mais importantes são: Baía do Oiapoque, Cabo Orange, Cabo Cassiporé, Boca do Cunani, Boca do Calçoene, Boca do Amapá, Maracá, Boca do Sucuriju, Boca do Araguari, Cabo Norte, Farol Guará e Canal do Curuá, de onde é oriunda grande parte do pescado amapaense (SILVA et al., 2011, p. 82). A boca do Araguari é um dos pontos pesqueiros mais importantes do Estado do Amapá, posição reforçada pelos resultados dos Estudos de Impacto Ambiental do AHE Cachoeira Caldeirão.

Embora a atividade tenha potencial, a pesca no Amapá, e nessa região em especial, é de pequeno porte, está organizada principalmente de forma artesanal e utiliza mão de obra familiar na produção. Os aparelhos e métodos de pesca dependem das espécies pescadas. As técnicas variam das mais simples, como linha de mão com anzóis, até as mais expansivas como redes de emalhar. As principais artes de pesca utilizadas por pescadores da região são o espinhel e a malhadeira ou rede de espera. As embarcações são de madeira e variam de 30 kg a 1 tonelada. A conservação do pescado varia de acordo com a distância do pesqueiro (local onde se realiza a pesca) e as condições econômicas da colônia. Quando a pesca dura dias, o principal meio de conservação é o gelo e a salga, quando a pesca dura apenas horas, a conservação é feita através do gelo ou o pescado é todo fresco. A maior parte de produção é vendida no mercado local (SILVA et al., 2003).

O pequeno porte dessa atividade tem vinculação com o modelo da pesca artesanal, mas também, e de maneira mais acentuada, com as dificuldades infraestruturais enfrentadas pelo setor. Essas dificuldades vinculam-se à carência de assistência técnica, problemas de escoamento da produção, falta de estrutura portuária e pontos de comercialização devidamente equipados, ausência energia elétrica e linhas de crédito específico para o setor.

Associada a essas dificuldades, a estrutura do principal órgão de apoio, acompanhamento e assistência à pesca no estado, a Agência de Pesca do Amapá - PESCAP, é carente de equipamentos básicos e tem dificuldades de produzir dados. Embora a PESCAP possua um programa de estatística pesqueira em algumas das colônias do Estado do Amapá, os dados são coletados em intervalos não regulares e, em algumas ocasiões e municípios, não há registros de dados, o que dificulta sobremaneira o planejamento do setor (SANTOS, 2004).

Vale ressaltar, conforme depoimentos dos pescadores que a área de pesca das comunidades afetadas pelo empreendimento sofre restrições pela definição dos limites da Floresta Nacional do Amapá – FLONA e Floresta Estadual do Amapá – FLOTA. E, segundo eles, com a construção da barragem, a zona de pesca será reduzida ainda mais.

Diante do quadro de relevantes carências pré-existentes, seria natural e esperado que os pescadores direcionassem todas estas demandas para o empreendedor que irá explorar o potencial hidrelétrico do rio, como de fato sucedeu nas reuniões realizadas. Ocorre que a

responsabilidade pela situação atual é decorrente da ausência da ação estatal pretérita (em maior parte) ou ainda da falta de atividades associativistas, em menor parte.

O papel a ser desempenhado pelo empreendedor, e que está sendo detalhado neste PBA, deve ser o de mitigar os impactos socioeconômicos negativos ou ainda potencializar os impactos positivos que serão gerados pelo empreendimento. A responsabilidade socioambiental do empreendedor não deve extrapolar seu escopo de ação e nem substituir as instituições governamentais nos seus respectivos papéis.

A partir destas premissas, tomando como base os impactos identificados no EIA, bem como levando em consideração reuniões realizadas com os grupos de interesse durante a elaboração deste PBA, serão elencadas as ações a serem desenvolvidas, as quais se justificam tecnicamente por serem as que mais eficazmente contribuirão para cumprir com os objetivos e metas propostos.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Realizar estudos complementares detalhando os impactos socioeconômicos nas comunidades de pescadores, bem como fomentar o desenvolvimento do setor de pesca e aquicultura na área de influência direta.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Elaborar estudos complementares para detalhamento dos impactos socioeconômicos nas comunidades de pescadores.
- Promover ações de capacitação técnica para o setor de pesca e aquicultura na área de influência do empreendimento.
- Fomentar a aquicultura na área de influência do empreendimento por meio de confecção e doação de tanques-rede às entidades representativas do setor.
- Construir um atracadouro para embarque e desembarque do pescado no município de Porto Grande.
- Apoiar a Prefeitura Municipal e as Colônias de Pescadores na implementação de uma feira de pescado no município de Porto Grande.

4. AÇÕES

Este programa apresenta dois grupos de ações assim definidos:

- a) Elaboração de estudos visando diagnosticar de maneira mais detalhada os impactos socioeconômicos que sofrerão as comunidades de pescadores da área de influência do projeto.
- b) Fomento à atividade pesqueira na área de influência do empreendimento.

O primeiro grupo de ações, focado em estudos complementares para detalhamento dos impactos a serem vivenciados pelas comunidades de pescadores locais, é decorrente de reivindicações formuladas durante as audiências públicas para a apresentação do EIA-RIMA do empreendimento visando o seu licenciamento prévio. Em que pese o extenso e detalhado diagnóstico presente no EIA, o órgão licenciador acatou as propostas e as inseriu na condicionante 2.14 da LP, já citada.

O segundo grupo de ações visa fomentar a atividade pesqueira na região que se caracteriza como basicamente artesanal e realizada de forma tradicional. Para subsidiar as ações deste grupo e atender à construção participativa do PBA, foram realizadas duas reuniões: no dia 16 de fevereiro de 2013, às 9h, na Escola Estadual Iraci Tavares, em Ferreira Gomes e no dia 18 de fevereiro de 2013, em Porto Grande, às 15h, no Bar Suvaco da Cobra, local escolhido pelo presidente da Colônia de Pescadores Z16, José Maria Cabral de Abílio. As reuniões foram registradas em gravação e validadas pela lista de frequência de presentes (anexo I).

QUADRO 1 - Reuniões com pescadores de Porto Grande e Ferreira Gomes.

Data	Local	Comunidades participantes	Nº de participantes
16.02.2013	Ferreira Gomes E. E. Ensino Fundamental Iraci Tavares	São Tomé PA Ferreirinha Lírio dos Vales Terra Preta	17
18.02.2013	Porto Grande Bar Suvaco da Cobra	Pereira – Rio Araguari Porto Grande – Beira do Rio Rio Granito Igarapé do Eduardo	28



FIGURA 1 - Reunião com agricultores, pescadores e um representante do RURAP, realizada na Escola Estadual Iraci Tavares.

FONTE: Pesquisa de campo, 2013.



FIGURA 2 - Reunião com os pescadores de Porto Grande, realizada no Bar Suvaco da Cobra.

FONTE: Pesquisa de campo, 2013.

A seguir são resumidos os principais pontos destacados nas reuniões:

Para os pescadores, a construção da UHE de Cachoeira Caldeirão afetará fortemente a atividade de pesca no rio Araguari e provocará mudanças importantes para o setor e os pedidos constantes no documento se justificam pelos impactos da inundação na vida e no trabalho dos associados. As demandas envolvem investimentos na educação, saúde, em infraestrutura e, principalmente, o fomento ao setor pesqueiro.

Dentre as principais demandas do setor pesqueiro se destacam a construção de tanques gaiola com a doação de alevinos para desenvolvimento da aquicultura; implantação da estação de criação de alevinos; mecanização com doação de equipamentos; melhoria da estrutura de escoamento com a construção de portos, implantação da feira do pescado e doação de transporte adequado ao setor, caixas de gelo e máquinas para produção de ração para peixe.

O programa de fomento à atividade pesqueira e aquicultura tem enfoque nas demandas colhidas nas reuniões que visam o fortalecimento da pesca e aquicultura como fonte econômica para a categoria, bem como para os municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes.

As duas reuniões participativas realizadas no âmbito deste programa demonstraram a existência de um extenso déficit de políticas públicas governamentais (nas três esferas federativas), particularmente aquelas relacionadas ao fomento à pesca e aquicultura, como: capacitação; assistência técnica; apoio à produção, conservação e comercialização; acesso a financiamento, dentre outros. Observou-se, igualmente, a insuficiência de cultura associativista entre os pescadores, fato bem ilustrado pela reduzida atuação da Colônia Z7. As que existem, encontram diversas dificuldades em defender, solucionar problemas ou promover o desenvolvimento de seus associados.

4.1. ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA

Etapa inicial do programa visa estabelecer uma articulação formal entre o empreendedor, os órgãos públicos competentes no setor pesqueiro e os representantes legais das comunidades de pescadores, para definir as formas de parceria para a execução do programa.

4.2. ESTUDOS COMPLEMENTARES

Esta ação consiste em elaborar estudo aprofundado visando diagnosticar, de maneira mais detalhada, os impactos socioeconômicos a serem vivenciados pelas comunidades de pescadores que desenvolvem suas atividades na área diretamente afetada pelo empreendimento. Além do impacto, será também prospectado o potencial pesqueiro (demanda e oferta) e de aquicultura, com identificação de gargalos, oportunidades de comercialização e prospecção de desenvolvimento.

4.3. CAPACITAÇÕES TÉCNICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR PESQUEIRO

Esta atividade deve ser cumprida ao longo do período de instalação do empreendimento, onde o empreendedor fica responsável por proporcionar à comunidade de pescadores oficinas e/ou cursos de capacitação que visem capacitá-los em produção e comercialização no setor de pesca e aquicultura. Os cursos de capacitação a serem ofertados devem ter por objetivo mitigar as fragilidades e favorecer as potencialidades identificadas.

4.4. CONFECÇÃO E DOAÇÃO DE TANQUES-REDE

Serão confeccionados 12 tanques-rede 2x2 m² para uma capacidade de produção de 3 mil peixes, aproximadamente 5 toneladas ao ano. Os tanques-rede serão entregues às entidades representativas do segmento pesqueiro dos municípios da AID, sob a supervisão dos órgãos governamentais que atuam no setor.

4.5. CONSTRUÇÃO DE ATRACADOURO PESQUEIRO

Esta ação deverá ser realizada em conjunto com o Programa de Reconstrução da Infraestrutura Urbana Afetada, que prevê ações na orla da cidade de Porto Grande. O empreendedor construirá um atracadouro pesqueiro de embarque e desembarque aquaviário, que poderá ficar localizado ou na Av. Amapá ou na Av. Manoel de Souza Marreco em Porto Grande.

4.6. CONSTRUÇÃO DE FEIRA DE PESCADO

Nesta fase também será apoiada a instalação de uma feira em Porto Grande para comercialização do pescado. A instalação da feira deverá ser realizada em parceria com as instituições municipais competentes e as colônias de pescadores.

5. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos apresentados dividem-se em três momentos:

- I. Primeiro, o grupo de articulação, diagnóstico e qualificação, que visam atingir os objetivos previstos no grupo de ações de elaboração de estudos visando diagnosticar de maneira mais detalhada os impactos socioeconômicos que sofrerão as comunidades de pescadores da área de influência do projeto.
- II. Segundo, as ações de execução de ações de fomento do setor de pesca e aquicultura nos municípios em foco.
- III. E, por último, a definição de parâmetros para análise de cumprimento de cada ação proposta.

5.1. AÇÕES DE DIAGNÓSTICO E QUALIFICAÇÃO

Na ação 4.1 – Articulação Interinstitucional e Comunitária, a metodologia adotada será a de realização de reuniões entre empreendedor, poder público e associações, nas quais será definida a forma de parceria, o detalhamento das atividades, o cronograma e o monitoramento dos resultados.

Para atividade 4.2 – Estudos Complementares, o empreendedor contratará consultoria especializada para, a partir dos estudos levantados no Estudo de Impacto Ambiental da UHE Cachoeira Caldeirão, aprofundar e detalhar os impactos do empreendimento que serão vivenciados pelas pessoas que praticam pesca na área diretamente afetada e as alternativas para o desenvolvimento do setor.

A metodologia a ser adotada na ação 4.3 - Capacitações Técnicas para o Desenvolvimento do Setor Pesqueiro, partirá do diagnóstico do setor pesqueiro descrito na atividade 4.2. A partir do relatório e das reuniões junto às colônias de pescadores dos municípios deverão ser listadas ações de capacitação a serem ofertadas. Estas qualificações deverão ser realizadas por consultorias especializadas e atualizadas tecnologicamente no setor pesqueiro, além de condizentes com a realidade regional.

5.2. AÇÕES DE FOMENTO À PESCA E AQUICULTURA

A ação 4.4 – Confecção e Doação de Tanques-Rede, foi definida nas reuniões participativas quando observou-se a necessidade de 12 tanques-rede com dimensões 2x2 m² para uma capacidade de produção de 3 mil peixes, aproximadamente 5 toneladas ao ano, de modelo semelhante à Figura 1.



FIGURA 3 - Modelo de tanque-rede para piscicultura.

FONTE: SEBRAE, 2008

Os tanques-rede serão entregues às entidades representantes do segmento pesqueiro dos municípios da AID, sob a supervisão da Delegacia Regional do Ministério da Pesca e Aquicultura, Agência de Pesca do Estado do Amapá, bem como das Secretarias De Agricultura dos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande.

O cumprimento das ações 4.5. Construção de Atracadouro Pesqueiro e 4.6 Feira do Pescado deverá ter por base o diagnóstico e será necessária a contratação de consultoria de engenharia para realizar estudos de viabilidade e construção do atracadouro para de embarque e desembarque pesqueiro. Esta ação deverá ser realizada em conjunto com o Programa de Reconstrução da Infraestrutura Urbana Afetada, que prevê ações na orla da cidade de Porto Grande. As reuniões com os pescadores apontaram que a estrutura portuária poderá ficar localizada na Av. Amapá ou na Av. Manoel de Souza Mareco em Porto Grande.

Para a Feira do Pescado, além de igualmente tomar por base o estudo diagnóstico, e deverá ser promovida em parceria com a as Prefeituras, PESCAP e Colônias.

5.3. PARÂMETROS DE ACOMPANHAMENTO

Para o grupo I de ações de Articulação, Diagnóstico e Qualificação serão estipulados os seguintes parâmetros:

- Reuniões de articulação institucional realizadas.
- Estudo de impacto e diagnóstico do setor concluído e publicado.
- Oferta e aproveitamento das ações de qualificação propostas.

Para a aferição do cumprimento do grupo de ações II – Fomento à Pesca e Aquicultura, serão considerados com indicadores:

- Construção e doação dos tanques-rede.
- Construção do atracadouro para embarque e desembarque pesqueiro.
- Instalação da feira do pescado.

6. PÚBLICO ALVO

Pescadores dos municípios da Área de Influência Direta: Porto Grande e Ferreira Gomes.

7. AGENTE EXECUTOR

O empreendedor da UHE Cachoeira Caldeirão.

8. POTENCIAIS PARCEIROS

Governo do Estado do Amapá – GEA

Agência de Pesca do Amapá – PESCAP

Colônias de Pescadores Z-16 e Z-7

Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA

Prefeitura Municipal de Porto Grande

Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Universidade do Estado do Amapá – UEAP

9. ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS

Não se aplica ao programa.

10. INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS

Programa de gerenciamento socioambiental integrado

Programa de comunicação social e educação ambiental

Programa de desenvolvimento de fornecedores

Programa de melhoria da infraestrutura socioeconômica

Programa de desenvolvimento da agricultura e das comunidades ribeirinhas

Programa de indenização de terras e benfeitorias

11. CRONOGRAMA (ANEXO)

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

Charles Achcar Chelala, Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional.

Eliane Superti, Pós-Doutora em Ciência Política.

Cláudia Chelala, Economista, Doutora em Desenvolvimento Sustentável.

Christianni Lacy Soares, Cientista Social, Mestre em Desenvolvimento Regional.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, G. V. **Observatório para integração bilateral espontânea entre o estado do Amapá e o departamento da Guiana Francesa.** Relatório Técnico. – Macapá: Banco Basa, 2011.

SANTOS, Valdenira Ferreira dos. (Org.). **Diagnóstico Socioambiental Participativo do Setor Costeiro Estuarino do Estado do Amapá.** Amapá: IEPA, 2004.

SILVA, L. M. A. ; TORRES, A. M. ; SILVA, A. Q. ; DIAS, F. S. ; SILVA, M. S. ; SILVEIRA, O. F. M. ; SANTOS, V. F. ; COSTA, W. J. P. A pesca artesanal no setor costeiro estuarino do

Estado do Amapá. In: XIII Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, Porto Seguro – BA, 2003.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Comissão Especial. **Atingidos por Barragens. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07.** Brasília/DF, 2011. Disponível em: pfdc.pgr.mpf.gov.br/temas-de-atuacao/.../relatorio-final-cddph Acesso em 10/03/2013.

SEBRAE - **Manual do Piscicultor - Produção de Tilápia em Tanque-Rede.** 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br> acesso em 13/03/2013.